

ECTE - Empresa
Catarinense de
Transmissão de
Energia S.A

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

- **Valorização do saldo de Contas a receber (ativo financeiro) da concessão**
Nota Explicativa n.º 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas



Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas um saldo significativo relacionado ao contas a receber (ativo financeiro) da concessão, sendo esse saldo relacionado aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão em consonância com os contratos de concessão. Os referidos contratos de concessão asseguram incondicionalmente à Companhia e sua controlada o direito de receberem caixa ou equivalente de caixa em contrapartida aos investimentos realizados, independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, caracterizando-se assim um ativo financeiro. Durante o período de concessão, o valor relativo ao contas a receber da concessão se realiza por meio do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), conforme contratos de concessão. Adicionalmente, esse ativo financeiro é mensurado a cada período de reporte considerando-se uma taxa de atualização baseada em índices inflacionários e descontado pela taxa interna de retorno da Companhia e sua controlada. Ao término do período de concessão é assegurado à Companhia e sua controlada o direito à indenização relativa ao investimento realizado e não recuperado durante o período de concessão pelo recebimento da RAP. Devido a relevância do ativo financeiro no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento sobre os controles internos chave relacionados a valorização do saldo de Contas a receber da concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil do ativo financeiro e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização dos investimentos. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a metodologia de cálculo utilizada pela Companhia e sua controlada para valorização das contas a receber da concessão (ativo financeiro), incluindo a razoabilidade das principais premissas utilizadas incluindo a taxa de reajuste da RAP e taxa de desconto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, ainda, a inspeção documental, em base amostral, das transações que resultaram em adições ao ativo financeiro da Companhia e sua controlada ocorridas durante o exercício, considerando a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo financeiro e gastos com manutenção reconhecidos no resultado do exercício bem como a natureza desses investimentos. Consideramos ainda, em base amostral, a conciliação entre os registros contábeis e movimentação do recebimento financeiro dos valores relativos à RAP. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável a valorização do saldo de Contas a receber (ativo financeiro) da concessão no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	45.837	19.333	49.164	23.128
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	2.887	2.960
Contas a receber da concessão	7	49.688	67.761	71.723	91.755
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		195	485	246	577
Outros tributos compensáveis		46	46	49	46
Dividendos a receber		4.170	5.099	-	-
Outros ativos		3.809	3.070	7.426	6.283
		103.745	95.794	131.495	124.749
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber da concessão	7	105.564	97.871	301.117	286.867
Outros ativos		4.152	4.146	4.167	4.173
Investimentos	8	149.432	136.045	-	-
Imobilizado		93	94	93	94
Intangível		224	348	253	377
		259.465	238.504	305.630	291.511
TOTAL DO ATIVO		363.210	334.298	437.125	416.260
PASSIVO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	27.594	42.140	35.403	49.931
Fornecedores		659	527	3.564	4.331
Imposto de renda e contribuição social a pagar		8.978	10.669	9.312	11.031
Outros tributos a pagar		623	641	763	834
Dividendos a pagar		24.992	10.582	24.992	10.582
Encargos regulatórios	11	3.566	3.781	4.229	4.448
Outros passivos		1.107	867	2.833	2.533
		67.519	69.207	81.096	83.690
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	112.557	64.735	166.212	125.664
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	28.272	29.053	34.944	35.588
Provisão para contingências	12	150	150	161	165
		140.979	93.938	201.317	161.417
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	13	42.095	42.095	42.095	42.095
Reservas de lucro	13	112.617	84.140	112.617	84.140
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	13	-	44.918	-	44.918
		154.712	171.153	154.712	171.153
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		363.210	334.298	437.125	416.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	48.863	51.801	73.263	72.183
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS					
Pessoal		(3.129)	(2.010)	(3.844)	(2.275)
Material e serviços de terceiros		(1.518)	(1.178)	(2.523)	(2.706)
Outros		(140)	(268)	(165)	(313)
Custo de implantação de infraestrutura		-	-	-	8.264
LUCRO BRUTO		44.076	48.345	66.731	75.153
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS					
Pessoal e administradores		(1.676)	(1.662)	(1.681)	(1.667)
Material e serviços de terceiros		(339)	(295)	(549)	(592)
Depreciação e amortização		(129)	(128)	(129)	(128)
Outras		(497)	(508)	(579)	(556)
		(2.641)	(2.593)	(2.938)	(2.943)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		17.557	21.469	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		58.992	67.221	63.793	72.210
RECEITAS FINANCEIRAS	15	2.132	1.699	2.899	2.623
DESPESAS FINANCEIRAS	15	(12.539)	(19.906)	(17.069)	(24.854)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		48.585	49.014	49.623	49.979
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(11.397)	(13.190)	(12.298)	(14.138)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10 e 16	781	6.504	644	6.487
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		37.969	42.328	37.969	42.328
ATRIBUÍDO A SÓCIOS DA EMPRESA CONTROLADORA		37.969	42.328	37.969	42.328
ATRIBUÍDO A SÓCIOS NÃO CONTROLADORES		-	-	-	-
		37.969	42.328	37.969	42.328
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO ORDINÁRIA - EM R\$				0,901984	1,005535

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	37.969	42.328	37.969	42.328
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	37.969	42.328	37.969	42.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	42.095	8.419	88.893	7.871	-	147.278
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	42.328	42.328
Destinação proposta à AGO:						
Dividendos declarados	-	-	-	-	(10.582)	(10.582)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(7.871)	-	(7.871)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(44.918)	44.918	-	-
Reserva de lucro do exercício	-	-	31.746	-	(31.746)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	42.095	8.419	75.721	44.918	-	171.153
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.969	37.969
Destinação proposta à AGO:						
Dividendos declarados	-	-	-	-	(9.492)	(9.492)
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(44.918)	-	(44.918)
Reserva de lucro do exercício	-	-	28.477	-	(28.477)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	42.095	8.419	104.198	-	-	154.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	48.585	49.014	49.623	49.979
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	129	128	129	128
Equivalência patrimonial	(17.557)	(21.469)	-	-
Juros e variação monetária	12.411	19.514	16.752	24.377
Receita de aplicações financeiras	-	-	(273)	(386)
Provisões para contingências	-	-	(4)	15
	43.568	47.187	66.227	74.113
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber da concessão	10.227	22.571	5.553	22.472
Impostos a recuperar	290	(387)	336	(397)
Outros ativos	(745)	(415)	(1.137)	542
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	132	115	(767)	(12.237)
Tributos e contribuições sociais a recolher	(13.106)	(14.785)	(14.088)	(15.731)
Encargos regulatórios	(227)	255	(246)	516
Outros passivos	240	51	300	740
Pagamento de contingências	-	150	-	150
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	40.379	54.742	56.178	70.168
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	-	338	424
Aplicações de títulos e valores mobiliários	-	-	-	(25)
Recebimento de dividendos	5.099	4.157	-	-
Aplicações no imobilizado	(4)	(12)	(4)	(12)
Aplicações no intangível	-	(4)	-	(4)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	5.095	4.141	334	383
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de dividendos	(40.000)	(7.871)	(40.000)	(7.871)
Empréstimos e debêntures captados	74.448	-	74.448	-
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(53.418)	(47.981)	(64.924)	(59.824)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(18.970)	(55.852)	(30.476)	(67.695)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	26.504	3.031	26.036	2.856
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	19.333	16.302	23.128	20.272
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	45.837	19.333	49.164	23.128
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	26.504	3.031	26.036	2.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 08 de agosto de 2000 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Acy Aviano Varela Xavier, SN - Sala D - Lages - SC.

A ECTE possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Número	Contrato de concessão					
			Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
ECTE	-	088/2000	30	2030	47.529	IGPM	mar/02	Sim
ETSE	100%	006/2012	30	2042	19.591	IPCA	mar/15	Não

(*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ECTE entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa “Contas a receber da concessão”.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis da ECTE, foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de fevereiro de 2018.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A ECTE e sua controladora revisam suas estimativas anualmente.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da ECTE e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem a ECTE e sua controlada. São consideradas controladas quando a ECTE controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladas são incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período da empresa controlada.

A seguinte controlada está sendo incluída na demonstração contábil consolidada:

Razão Social	Tipo de investimento	% participação	
		Dezembro	Dezembro
		2017	2016
ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.	Controlada	100,00%	100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados como “valor justo por meio do resultado”, enquanto as Contas a receber da concessão são classificadas em duas categorias: a parte recuperada por meio da Receita Anual Permitida - RAP como “ativos financeiros pelo custo amortizado” e a parte recuperada pela indenização no final da concessão como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.2 Contratos de concessão

De acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não é reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a ECTE e sua controlada não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.4 Passivos financeiros

A ECTE e sua controlada classificam fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

3.5 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a ECTE e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.6.1 Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A ECTE e sua controlada revisam e ajustam suas estimativas e premissas anualmente.

3.7 Tributação

3.7.1 Impostos sobre a receita

As receitas da ECTE e da sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%.

3.7.2 Imposto de renda e contribuição social:

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da ECTE são calculados pelo regime do lucro real e sua controlada ETSE é optante pelo regime do lucro presumido.

Diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.8 Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela ECTE e pela sua controlada.

A ECTE e sua controlada reconhecem a receita de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma:

3.8.1 Receita de implantação de infraestrutura

A ECTE e a sua controlada abrangidas pelo escopo da ICPC 01 (IFRIC 12), registram a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e o CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da ECTE e de sua controlada avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a ECTE e sua controlada não identificaram nenhuma margem de lucro líquido em 31 de dezembro de 2017 e 2016

3.8.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.8.3 Receitas de operação e manutenção

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia - se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

3.8.4 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.9 Resultado por ação

A ECTE efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Pronunciamentos novos ou revisados ainda não efetivos

Uma série de novas normas serão efetivadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A ECTE e sua controlada não adotaram essas alterações na preparação dessas demonstrações contábeis e também não planejam adotá-las de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à convergência do IASB sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da ECTE avaliou a aplicação dos pronunciamentos técnicos CPC 47 e 48 e concluiu que não há impactos sobre os saldos reportados anteriormente.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	27	111	38	137
Aplicações financeiras	45.810	19.222	49.126	22.991
	45.837	19.333	49.164	23.128

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 98,99% do CDI em 31 de dezembro de 2017 (98,28% do CDI em 31 de dezembro de 2016), possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada ETSE possuía saldo de R\$ 2.887 (R\$ 2.960 em 31 de dezembro de 2016) referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

7 Contas a receber da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ECTE e da sua controlada é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;

- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2017:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2015 (Reclassificado)	188.918	401.866
Receita de operação e manutenção	5.846	7.786
Remuneração do ativo financeiro da concessão	52.576	80.973
Receita de implantação de infraestrutura	-	(8.264)
(-) Parcela variável	(434)	(514)
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(81.274)	(103.225)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	165.632	378.622
Receita de operação e manutenção	7.296	9.423
Remuneração do ativo financeiro da concessão	46.385	70.296
(-) Parcela variável	-	(4)
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(64.061)	(85.497)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	155.252	372.840
Contas a receber da concessão - circulante	49.688	71.723
Contas a receber da concessão - não circulante	105.564	301.117
Total circulante e não circulante	155.252	372.840

As Contas a receber da concessão incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ECTE e sua controlada consideram que o valor da indenização a que terão direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8 Investimentos

a. Participação no resultado e patrimônio líquido:

	2017	2016
Dados da controlada ETSE:		
Total do ativo	227.517	223.106
Total do passivo	78.085	87.061
Patrimônio líquido	149.432	136.045
Receita líquida	24.400	20.382
Lucro líquido	17.557	21.469
Quantidade de ações	92.943.000	92.943.000
Participação da ECTE:		
Quantidade de ações no capital social	92.943.000 100,00%	92.943.000 100,00%
no resultado	17.557	21.469
no patrimônio líquido	149.432	136.045

b. Movimentação dos investimentos durante os períodos apresentados:

	ETSE
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	119.675
Resultado de equivalência patrimonial	21.469
Dividendos declarados	(5.099)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	136.045
Resultado de equivalência patrimonial	17.557
Dividendos declarados	(4.170)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	149.432

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora				Consolidado					
	2017			2016	2017			2016		
	Circulante		Não Circulante	Total	Total	Circulante		Não Circulante	Total	
Encargos	Principal	Principal			Encargos	Principal	Principal		Total	
BNDES - Subcrédito A	-	-	-	-	-	120	3.210	31.834	35.164	37.976
BNDES - Subcrédito B	-	-	-	-	-	41	4.438	21.821	26.300	30.744
Debêntures 2ª emissão	-	-	-	-	40.910	-	-	-	-	40.910
Debêntures 3ª emissão	847	26.827	37.931	65.605	65.965	847	26.827	37.931	65.605	65.965
Debêntures 4ª emissão	65	(145)	74.626	74.546	-	65	(145)	74.626	74.546	-
	912	26.682	112.557	140.151	106.875	1.073	34.330	166.212	201.615	175.595

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização	
Indexador	Juros (%)				Principal	Encargos		
BNDES - Subcrédito A	ETSE (*)	dez/13	nov/28	39.159	TJLP	2,02%	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B	ETSE (*)	dez/13	nov/23	39.254	-	3,50%	Mensal	Mensal
Debêntures 3ª emissão	ECTE (**)	mai/15	fev/20	70.000	CDI	2,15%	Mensal	Mensal
Debêntures 4ª emissão	ECTE (**)	ago/17	set/22	75.000	107,75% do CDI		Mensal	Mensal

- (*) O contrato da controlada ETSE com o BNDES exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). Dentre estas cláusulas restritivas destaca-se o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,30, ao longo de todo o prazo de amortização.
- (**) As cláusulas restritivas das debêntures da ECTE estão relacionadas ao limite da dívida líquida que, em 31 de dezembro de 2017, atualizadas pelo IGPM R\$ 190.292 e R\$ 197.940 para a 3ª e 4ª emissão de debêntures, respectivamente.

A Administração da ECTE e sua controlada mantêm o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2017, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

Os vencimentos anuais dos empréstimos, financiamentos e debêntures do não circulante são como segue:

	Controladora	Consolidado
2019	35.797	43.524
2020	22.544	30.318
2021	30.958	38.780
2022	23.258	31.129
2023	-	7.528
Após 2023	-	14.933
	112.557	166.212

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Controladora			Consolidado		
	2015	Reconhecido no resultado	2016	2015	Reconhecido no resultado	2016
Ativo fiscal diferido						
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(6.685)	453	(6.232)	(6.685)	453	(6.232)
Subtotal	(6.685)	453	(6.232)	(6.685)	453	(6.232)
Passivo fiscal diferido						
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	42.222	(6.937)	35.285	48.740	(6.920)	41.820
Outros itens	728	(20)	-	728	(20)	-
Subtotal	42.950	(6.957)	35.285	49.468	(6.940)	41.820
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	36.265	(6.504)	29.053	42.783	(6.487)	35.588

	Controladora			Consolidado		
	2016	Reconhecido no resultado	2017	2016	Reconhecido no resultado	2017
Ativo fiscal diferido						
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(6.232)	453	(5.779)	(6.232)	453	(5.779)
Subtotal	(6.232)	453	(5.779)	(6.232)	453	(5.779)
Passivo fiscal diferido						
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	35.285	(1.234)	34.051	41.820	(1.097)	40.723
Subtotal	35.285	(1.234)	34.051	41.820	(1.097)	40.723
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	29.053	(781)	28.272	35.588	(644)	34.944

11 Encargos regulatórios

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Quota de reserva global de reversão - RGR	103	398	397	798
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	3.445	3.229	3.712	3.403
Taxa de fiscalização - ANEEL	18	154	120	247
	3.566	3.781	4.229	4.448

12 Provisão para contingências

As provisões constituídas para contingências em 31 de dezembro de 2017 no montante consolidado de R\$ 161 (R\$ 165 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a causas trabalhistas. Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificadas como “possível” em 31 de dezembro de 2017 têm o valor estimado consolidado de R\$ 141 referente a processos trabalhistas (R\$ 417 em 31 de dezembro de 2016).

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 42.095, representado por 42.095.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Controladora		
Quantidade de ações		
Integralizadas	% do capital	
Ordinárias	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	21.056.862	50,022%
Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC	13.001.027	30,885%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	8.037.111	19,093%
	42.095.000	100,000%
	100,000%	100,00%

13.2 Reservas de lucro

13.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Este limite foi atingido em 2010.

13.2.2 Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.

13.3 Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da ECTE, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	Controladora	
	2017	2016
Lucro líquido do exercício	37.969	42.328
Base de cálculo de dividendos	37.969	42.328
Dividendos mínimos obrigatórios	(9.492)	(10.582)
Reserva de lucros retidos	(28.477)	(31.746)
Saldo de lucros acumulados	-	-

14 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita operacional bruta	53.681	57.988	79.715	79.981
Receita de operação e manutenção	7.296	5.846	9.423	7.786
Receita de implantação de infraestrutura	-	-	-	(8.264)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	46.385	52.576	70.296	80.973
(-) Parcela variável	-	(434)	(4)	(514)
Deduções da receita operacional	(4.818)	(6.187)	(6.452)	(7.798)
PIS	(413)	(531)	(553)	(669)
COFINS	(1.908)	(2.449)	(2.555)	(3.087)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1.653)	(2.122)	(2.214)	(2.675)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(590)	(758)	(790)	(955)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(254)	(327)	(340)	(412)
Receita operacional líquida	48.863	51.801	73.263	72.183

15 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras	2.132	1.699	2.899	2.623
Receita de aplicações financeiras	2.090	1.669	2.769	2.578
Juros ativos	42	29	52	36
Outras receitas financeiras	-	1	78	9
Despesas financeiras	(12.539)	(19.906)	(17.069)	(24.854)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(12.246)	(18.605)	(16.496)	(23.399)
Variação monetária	(165)	(909)	(256)	(978)
Outras despesas financeiras	(128)	(392)	(317)	(477)
Resultado financeiro líquido	(10.407)	(18.207)	(14.170)	(22.231)

16 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	48.585	49.014
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	<u>16.519</u>	<u>16.665</u>
(+) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	1.492	4.106
Equivalência patrimonial	(5.970)	(7.299)
Despesas e provisões indedutíveis	212	436
Outras	(24)	(24)
	<u>12.229</u>	<u>13.884</u>
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	(781)	(6.505)
Lei rouanet / Esporte / FIA	(380)	(399)
(-) Exclusão do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	(452)	(452)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	158
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>10.616</u>	<u>6.686</u>
Taxa Efetiva	21,85%	13,64%

17 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, a ECTE e sua controlada não tinham contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a parte do contas a receber da concessão recuperada pela indenização no final da concessão são classificados como valor justo por meio do resultado. A parte do contas a receber da concessão recuperada por meio da RAP é classificada como ativo financeiro pelo custo amortizado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

Hierarquia do valor justo

A ECTE e sua controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A ECTE e sua controlada classificam os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber da concessão (parte recuperada pela indenização no final da concessão) como nível I.

b. Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da ECTE e da sua controlada podem ser assim identificados:

- **Risco de crédito** - A ECTE e sua controlada mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica há aproximadamente 794 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ECTE e sua controlada mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- **Risco de preço** - A receita da ECTE é, nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M e a receita da sua controlada ETSE é nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA;
- **Risco de taxas de juros** - A atualização dos contratos de debêntures da ECTE está vinculada à variação do CDI e os contratos de financiamento da ETSE estão vinculados a TJLP;
- **Risco de liquidez** - A principal fonte de caixa da ECTE e sua controlada é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da ECTE e da sua controlada não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

18 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$ 599 (R\$ 833 em 31 de dezembro de 2016) sendo composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

19 Benefícios a empregados

A ECTE e sua controlada, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.